

Thereza Santos, guerreira comunista que se fez *Malunga*

Tauana Olívia Gomes Silva*

Resumo:

Como muitas intelectuais e militantes negras brasileiras, Thereza Santos ainda é pouco conhecida no país. A despeito do muito que realizou na arte, na academia, no partido, na vida ou nos processos revolucionários, ela e tantas outras permanecem ausentes das publicações historiográficas, das salas de aulas e até dos atuais espaços de militância política. Ora, ela enfrentou ditaduras e autoritarismos em nome da liberdade. Guerreira, desde seu engajamento no Partido Comunista até o seu envolvimento com as lutas de libertação em África, passando pelos espaços de cultura popular e pelo movimento de mulheres negras, Thereza Santos foi se tornando a *Malunga*, isto é, nossa irmã e companheira, que jamais deixou de lutar.

Palavras-chave: Thereza Santos; comunismo; libertação em África; teatro popular; mulheres negras.

Thereza Santos, communist warrior who became *Malunga*

Abstract:

Like many black Brazilian intellectuals and activists, Thereza Santos is still little known in the country. Despite the much she accomplished in art, academia, the party, life or revolutionary processes, she and many others remain absent from historiographic publications, classrooms and even current spaces of political militancy. Well, she faced dictatorships and authoritarianism in the name of freedom. A warrior, from her involvement in the Communist Party to her involvement in the liberation struggles in Africa, passing through spaces of popular culture and the black women's movement, Thereza Santos became *Malunga*, that is, our sister and companion, who never stopped fighting.

Keywords: Thereza Santos; communism; liberation in Africa; popular theater; black women.

* Doutora em História pela Université Rennes 2, Rennes, França, em co-tutela com o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. End. eletrônico: tauana.olivia@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4180-7102>

Um encontro com as ideias comunistas

Thereza Santos, nome artístico de Jaci dos Santos, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 07 de julho de 1938. Filha de funcionários públicos, recebeu do pai o encorajamento para atuar nos grupos político-partidários. Aos quinze anos, ingressou na Juventude Comunista, organização do Partido Comunista Brasileiro, e passou a se encarregar das atividades de recrutamento, formação ideológica e militância dos jovens. Em sua autobiografia, relata que o pai a “acobertava para ir às reuniões e fazer trabalhos na rua, como as panfletagens e campanhas eleitorais” (Santos, 2008, p. 20).

Também veio dos conhecimentos do pai a explicação sobre o que significa ser negro/a na sociedade brasileira. Era comum no ambiente familiar discutir sobre a discriminação e o preconceito e as razões pelas quais esse grupo social foi historicamente alocado aos níveis mais subalternos, ocupando espaços urbanos desprovidos de qualquer forma de infraestrutura. Também era comum naquele ambiente a ênfase na necessidade imediata de agir para alterar essa realidade. Seu pai lhe fornecia diferentes materiais bibliográficos sobre os negros, a escravidão e as especificidades da conjuntura nacional, incentivando-a, desde a infância, a participar de várias ações políticas.

No início de sua adolescência, Thereza Santos já era bem informada sobre as distintas características do racismo e da opressão. Empenhou-se sem demora em descobrir quais eram seus principais recursos para empreender a almejada transformação social. Em suas práticas cotidianas, repetia quase sempre o que havia aprendido sobre a condição dos negros com seu pai.

Quando se filiou à Juventude Comunista foi buscando uma ideologia apta a propor uma sociedade mais igualitária e justa, pois acreditava “que lá seria o caminho.” (Santos, 2008, p. 19). Naquela organização de jovens, porém, a questão racial era julgada secundária e Thereza Santos era confrontada com declarações que enfatizavam um passado de trabalho compulsório. De fato, a este respeito, Álvaro Pereira do Nascimento (2016, p. 613) indicou como a sociedade brasileira em geral, legitimada teoricamente por alguns cientistas sociais, historicamente defendeu que a posição subalterna e a não ordenação da luta coletiva dos negros é consequência de sua longa permanência durante séculos como trabalhador em meio à sociedade escravista. Para resistir, segundo o relato da militante, era primordial expandir seu trabalho intelectual e político, sendo essa uma condição indispensável para seu grupo social se autodefinir e, por conseguinte, não se restringir à identificação com o discurso hegemônico e não se inibir no que concerne às suas aptidões em avaliar os respectivos níveis de opressão a que são submetidos. Sobre sua participação na Juventude Comunista, Thereza Santos relatou o seguinte:

Comecei a pensar que alguma coisa deveria ser feita, creio que foi assim a descoberta da questão social. Sentia-me impelida a fazer alguma coisa, a lutar para mudar a situação, a descobrir

onde estava a luta, qualquer coisa que pudesse fazer. [...] Para mim, pertencer à Juventude Comunista era o caminho, pensava que resolveria a questão da miséria, da discriminação, e me dedicava com afinco à causa. Eu era a única negra do meu grupo e sempre buscava espaço para abordar a questão do negro, via de regra recebia como resposta que a questão era social e não racial e acabava o assunto, e esta questão nunca era aprofundada. Nas poucas vezes que eu insistia, talvez com medo de perder os novos amigos, recebia a explicação de que era consequência da escravidão e que no mundo socialista que estávamos construindo todos seriam iguais sem distinção. Eu acreditava nisso, talvez porque quisesse ou precisava acreditar em alguma coisa, mas juntava-se a isto o complexo de inferioridade que nós negros inconscientemente sempre carregamos, que sempre funcionou como se a nossa verdade fosse ditada pelo branco. Assim, incorporamos estes valores, e por maior que seja a luta para nos livrarmos disto, eles emergem nas mais variadas situações. Há muito minha consciência não me deixa cair neste jogo, mas naquela época não tinha esta percepção. (Santos, 2008, p. 18-19)

Seu ingresso na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, ocorreu em um período de grande turbulência política. Diferentemente da década anterior, nos anos de 1960 os jovens revolucionários tornaram-se maioria nos postos de liderança da União Nacional dos Estudantes (UNE), consolidando o engajamento estudantil na defesa da qualidade do ensino público, do patrimônio nacional e da justiça social. Sua entrada para o ensino superior, portanto, foi também o início de sua descoberta da UNE e do Centro Popular de Cultura (CPC)¹:

Comecei a fazer teatro de rua, teatro engajado, político e o processo era dinâmico, às vezes o ensaio era à noite ou na hora de ir para a rua. Os palcos eram os terminais de ônibus ou a Central do Brasil na hora do *rush*. Os cenários eram caixotes de frutas e legumes que carregávamos. Muitas vezes a polícia chegava e baixava o pau, armava um corredor polonês e não tinha como escapar sem algumas cacetadas. Tudo pela revolução sonhada! A essa altura eu já estava, há muito tempo, fora da Juventude e era do Partido Comunista, do Núcleo do CPC (Santos, 2008, p. 25).

¹ O CPC foi formado em 1962, no Rio de Janeiro, e composto por um grupo de intelectuais e artistas de esquerda em colaboração com a União Nacional dos Estudantes, reunindo pessoas de várias áreas: teatro, música, cinema, literatura, artes plásticas etc. Seu principal objetivo era criar e divulgar uma “arte popular revolucionária”, como instrumento de conscientização, mobilização e, logo, de transformação social.

No período universitário, Thereza Santos deixou a Juventude Comunista e tornou-se membro da “ala adulta” do Partido Comunista. Mais uma vez, encontrou dificuldades em abordar a temática racial com os quadros das organizações de esquerda, com predominância de militantes de origem branca e das classes médias altas intelectualizadas. A este respeito, escreveu:

Tentava mais uma vez trazer à discussão a questão racial, mas a visão era a mesma, tentavam me convencer de que era uma questão social. Aliás, a esquerda brasileira só muito recentemente assumiu que existe uma questão racial no Brasil. Na verdade, ela sempre se escondeu atrás da questão social para não assumir o preconceito. Eram filhos e membros da classe média alta, moradores da zona sul do Rio de Janeiro, e, assim, a questão racial não era uma questão deles, era um problema secundário e quase um tabu. Ao provocar a questão tornava-me antipática, pois eles estavam preocupados com questões maiores: a revolução. [...] A cada vez, eu tinha que ouvir que estava me desviando do foco de luta. [...] Custei a descobrir o viés do preconceito que permeava nossa relação no CPC. Na verdade, Haroldinho, Jorge Coutinho e eu servíamos muito mais para dar uma cor ao local, uma “pitada de cor” naquele mundo branco, pois, além de negros, éramos moradores da zona norte, de classe média baixa, nada tínhamos a ver com eles, e seria demais querer que a visão socialista deles nos colocasse no mesmo pé de igualdade. (Santos, 2008, p. 25-26).

Estas observações a levaram a criticar a posição assimétrica dos grupos sociais nas relações de poder, assim como as estratégias de outros militantes do partido para mantê-la num lugar silenciado, impedindo que sua opinião sobre os diferentes assuntos fosse catalogada nos documentos produzidos pelas organizações de esquerda. Na realidade, a fala, ou seja, a humanidade dos negros, segundo a autora, era inescrupulosamente recusada.

Da negação da questão racial à cultura como espaço de luta

Reivindicar o “ponto de vista” ou o “lugar de fala” – entendido aqui como um recurso para ressaír as inúmeras conjunções causadoras das desigualdades e das hierarquias que alocam as experiências de determinadas coletividades às esferas inferiores da sociedade e que, da mesma maneira, faz com que seus saberes e suas vozes também o sejam (Ribeiro, 2017) – era o que Thereza já vinha praticando desde o final dos anos 1950, uma vez que a filósofa, no início de sua militância, empreendeu diferentes métodos, por vezes (verbalmente) violentos, para infringir essas imposições opressivas, provocando certo incômodo.

Neste sentido, Thereza Santos denunciou a negação sistemática do seu direito de se exprimir, o que ocorria tanto no núcleo partidário como no CPC. Quando intervinha nas reuniões era interrompida e sua opinião era julgada ineficaz ou alguém se sentia no direito de emití-la em seu lugar, considerando que, na perspectiva de seus camaradas, ela obrigatoriamente deveria pensar de modo semelhante ao conjunto do grupo. À vista disso, a filósofa disse ter imposto com firmeza seu ponto de vista. Por fim, expôs a ausência de pesquisas sobre a participação política dos negros na UNE e no CPC, mas também no conjunto de temáticas que investigam o período da ditadura civil-militar.

Muitas vezes percebia o paternalismo mal disfarçado na postura de desqualificar nossas opiniões ou de emitir opiniões em nosso lugar. Creio que nós três² acreditávamos tanto na luta que nos recusávamos a perceber a verdade. Algumas vezes, em reunião do núcleo partidário, quando eu abria a boca para falar acontecia a mesma coisa que no CPC: alguém me interrompia. Para dizer que não precisava falar porque eu pensava como eles e votava como eles, um dia virei a mesa e deixei claro que não era “vaca de presépio” e que iria externar minha opinião. Foi um Deus nos acuda. A “crioulinha” resolveu se rebelar, mas valeu, porque passaram a me olhar com outros olhos e a ter cuidado ao falar da questão negra, mas, dentro, é claro, do que eles podiam conceber como respeito a alguém que fazia parte da tribo, mas não era da tribo. Hoje, a UNE e o CPC rendem dezenas de livros escritos pelos “revolucionários” que passaram por lá até o dia 31 de março de 1964; mas em nenhum deles houve qualquer menção aos três negros que lá estavam até o momento final. [...] Na verdade, para esta gente nós éramos invisíveis. Na sociedade fomos esquecidos, e na hora de dividir as glórias estávamos de fora (Santos, 2008, p. 26-27).

Mantendo-se membro do Comitê Estadual do Partido, apesar de ter retratado com insistência na sua autobiografia o desinteresse das organizações de esquerda em abordar a questão da discriminação racial, Thereza Santos se voltou para os movimentos de mobilização política e cultural dos negros. A partir de 1964, com o regime militar em vigor, informou ao partido comunista sua pretensão em coordenar uma frente de trabalho na escola de samba carioca *Mangueira*, a qual consistiu em propor aulas de português e matemática como reforço escolar, bem como aulas de pintura. Além disso, construiu com a colaboração da comunidade uma biblioteca e um teatro infantil. Com os adultos residentes do bairro que abrigava a escola de samba, a filósofa organizou reuniões para debater a situação do local e, em seguida, promover estratégias políticas de intervenção. Por fim, devido

² Refere-se a ela e a seus dois companheiros negros, também militantes do Partido Comunista: Haroldinho e Jorge Coutinho.

ao seu grande empenho em organizar atividades inéditas, a ativista foi designada pelo presidente da Mangueira como Diretora Cultural.

Na Mangueira, Thereza Santos fundou um Departamento Feminino. Sua principal ação foi organizar festas para arrecadar dinheiro e contribuir com as despesas e, consoante seu relato autobiográfico, essa seção composta por mulheres foi a primeira a ser constituída no interior de uma escola de samba. Paralelamente, enquanto militante comunista, e consciente da necessidade de obter recursos para o partido, projetou diferentes eventos musicais e teatrais e usou o espaço da escola de samba para o mesmo fim. As escolas de samba, importantes elementos de agregação da população favelada, tornaram-se progressivamente um espaço de luta, sobretudo, com o predomínio de militantes comunistas.

Após o golpe civil-militar de 1964, as agremiações de samba foram fortemente perseguidas e interdidas de pôr em prática certas ações sociais, educativas e culturais (Gawryszewski, 2011). O mesmo ocorreu com Thereza Santos, que foi vítima de uma intervenção armada violenta exercida por policiais. Sua atividade na Mangueira foi julgada subversiva e isso a fez ser constantemente vigiada pela repressão. Em 1969, foi detida e interrogada durante alguns dias.

Na prisão, o tratamento que lhe foi atribuído era diferenciado. Os militares não a viam como um real perigo para o regime em vigor. Por esse motivo, não foi posta “atrás das grades”. Todas as manhãs, às 7h00, os policiais buscavam-na em sua residência; durante o dia mantinham-na sob interrogatório; e pela noite, às 22h00, deixavam-na em casa. No decorrer do inquérito, ela era infantilizada, julgada incapaz de pensar e agir por si própria. Certamente, os órgãos repressivos objetivavam obter nomes e endereços, mas, ao mesmo tempo, supunham que ela era pouco esclarecida sobre esses dados. Em momento algum, consoante a opinião da filósofa, era esperado que indivíduos pertencentes ao seu gênero, raça e classe, fossem autênticos líderes dos movimentos de resistência. A este respeito, Thula Pires (2018, p. 1056) observa que se tratava da “incapacidade de atribuir humanidade a corpos que habitam e representam a zona do não ser.”

Thereza Santos, consciente da visão racista da corporação militar, fez-se de desinformada e, após dez dias sob sua autoridade, quando as forças de ordem se empenharam na repressão da guerrilha em Angra dos Reis e não foram mais até a sua moradia, a militante aproveitou o descuido e fugiu para São Paulo.

Na capital paulista, a teatróloga e filósofa atuou em renomadas peças de teatro e em telenovelas. Organizou eventos artísticos nas escolas, em especial naquelas localizadas nas periferias. O objetivo na cidade atual era, em particular, realizar ações culturais voltadas às populações desfavorecidas.

Nesse período, em São Paulo, Thereza Santos conheceu o artista e cientista social Eduardo de Oliveira e Oliveira, uma das figuras mais influentes na cena

cultural e política³. No campo da sociologia, o intelectual objetivou pensar pesquisas na área das Ciências Sociais direcionadas diretamente às problemáticas da experiência negra. Isto é, ele pretendeu conceber uma “ciência para o negro” ou “Sociologia Negra” (Trapp, 2018). Seu projeto, por um lado, apresentou uma análise em torno do “lugar epistêmico do negro como sujeito do conhecimento” (Trapp, 2018, p. 199) e, por outro lado, orientou um debate crítico com a Escola Sociológica Paulista, o Movimento Negro brasileiro e os referenciais dos *African American Studies* dos Estados Unidos. O trabalho de Oliveira foi considerado um suporte para a elaboração dos princípios teóricos dos pesquisadores e militantes das lutas antirracistas dos anos 1980. A identificação de Thereza Santos com Oliveira foi imediata:

O encontro com Eduardo de Oliveira e Oliveira foi promissor para nós dois, pois tínhamos em comum, como: visão da questão do negro no Brasil pelo mesmo ângulo; paixão pela arte, pela África e pela literatura; e, principalmente, o desejo de quebrar as estruturas da relação desigual da sociedade branca com a comunidade negra. Havia um entendimento claro, ou melhor, negro entre nós dois. Conversávamos muito e nossas cabeças fervilhavam de ideias. A primeira delas foi a de fazer um espetáculo sobre a história do negro no Brasil, do ponto de vista do negro. Fizemos o esqueleto do espetáculo e fomos escrevendo. Nesse período ríamos muito, não só por desconstruir a parte histórica que o Brasil oficial tinha convencionado que era a nossa história, mas também pelo pós-1888. Fazíamos grandes descobertas. [...] Sabíamos que haveria reações. Nossa posição era proposital, provocativa. Nosso objetivo era claro: queríamos que estes negros assumissem a realidade deles e descesse do mundo branco onde tentavam se pendurar. Enfim, queríamos despertar a consciência e a identidade deles. (Santos, 2008, p. 39-40).

Em 1971, Thereza e Eduardo fundaram o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN). Seus princípios estéticos e ideológicos estavam respaldados na criação de uma identidade racial. Tratava-se de resgatar as experiências culturais e históricas do povo negro por intermédio da mobilização e, ao mesmo tempo, integrar-lhes os componentes de luta e resistência. Gérmen do movimento negro contemporâneo, o CECAN foi apresentado na obra de Silva (2012, p. 12) como a primeira organização da capital paulista “a trabalhar a ideia da negritude – isto é, a importância da consciência étnica –, afirmando a necessidade de que a redescoberta do negro, com base na recuperação do domínio cultural e histórico, faça-se cada vez mais sob a égide da identidade.” Em 1971, no âmbito da entidade paulista, Thereza e Eduardo inauguraram a peça de teatro intitulada *E agora falamos... nós*.

³ Um estudo minucioso sobre a trajetória intelectual e política de Eduardo de Oliveira e Oliveira pode ser encontrado em Rafael Petry Trapp (2020).

Driblando ditaduras e ditadores: rumo às lutas de libertação em África

As atividades de Thereza Santos na organização negra não eram a princípio julgadas pelos órgãos de repressão como subversivas. Ela punha em prática um teatro com espetáculos engajados, os quais eram seguidos de palestras e debates críticos sobre a realidade do negro no Brasil. No entanto, o partido comunista optou por usar sua residência como refúgio para militantes clandestinos, uma decisão que, sob tom de denúncia na escrita autobiográfica, foi relatada ter sido tomada sem sua prévia autorização. A filósofa já vinha sendo vigiada pelos agentes das forças de ordem, e essas novas obrigações de hospedagem tornaram-se suficientes para inculpá-la. A militante comunista supunha que a sua exposição pública nas telenovelas⁴ de sucesso lhe garantiria certa proteção, mas obteve a informação de que para evitar maiores repercussões, os militares aguardariam somente o iminente fim das gravações para lhe dar voz de prisão.

Entendeu que o exílio era novamente seu único recurso. Só que, dessa vez, para realmente escapar dos órgãos repressivos, foi previsto como destino um país estrangeiro. O partido pretendia enviar a filósofa para a União Soviética, porém ela já conhecia a região e preferiu ir para a Guiné-Bissau. A trajetória da militante nas organizações negras foi um marco para sua identificação com os processos de independência do continente africano.

A ideia de participar da construção de uma sociedade igualitária, inspirada pelas teorias marxistas e, mais ainda, na terra de origem dos povos negros foi, sem dúvida, o motor da decisão de Thereza Santos. Assim, por intermédio de diferentes amizades que consolidou com militantes africanos que residiram por algum tempo no Brasil, a militante entrou em contato com o responsável do Partido Africano pela Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde (PAIGC), Flávio Proença, e imediatamente obteve asilo.

Preparei o plano de fuga. Após o final da gravação e a novela sair do ar teria uns dez dias. Porém, meu passaporte tinha validade ainda por uns vinte e cinco dias. Assim, embarquei para Senegal. Quando cheguei a Dacar, capital do Senegal, finalmente me senti a salvo. (Santos, 2008, p. 44-45).

Em 1974, Thereza Santos desembarcou em seu primeiro país africano. Na sua autobiografia, ela denunciou já no início de sua chegada ao país a ocorrência de uma agressão sexual, sendo tal atitude realizada pelo militante comunista que, a princípio, deveria acolhê-la e oferecer-lhe asilo. Sua situação de vulnerabilidade em

⁴ Thereza Santos, desde 1969, teve muita visibilidade nas novelas da TV Tupi. Naquele momento mais difícil em que a polícia política seguia seus passos, ela atuava na novela *Mulheres de Areia*, exibida de 26 de março de 1973 a 05 de fevereiro de 1974, um grande sucesso de audiência na época (Santos, 2008).

um território estrangeiro não constrangeu Flávio Proença, que tentou invadir seu quarto na casa do Partido.

O Flávio achou que uma mulher que viajava sozinha com certeza estava disponível e partiu para o quarto onde eu estava dormindo, queria unir o útil ao agradável. Tive de “armar um barraco” que acordou a casa toda e ameaçar levar o desrespeito dele à direção do Partido, na Guiné Conakry. Ele não esperava minha reação e com certeza acreditava que eu estava fragilizada por estar sozinha em um país estranho e sem poder voltar para o Brasil. (Santos, 2008, p. 47)

Thereza Santos inaugurou suas atividades na Escola Teranga, um estabelecimento construído pela UNICEF, situado na região fronteira entre o território guineense e o senegalês. Lá, trabalhou como professora do ensino primário e fundamental, bem como professora de teatro e dança para crianças e adolescentes órfãs de guerra no *maqui* – descrito por ela como um “campo avançado de luta armada, local dos guerrilheiros” (Santos, 2008, p. 50). Em razão da ausência de espaço na escola para abrigá-las, solicitou o direito de ir trabalhar junto àqueles que viviam em zona de confronto. Para isso, recebeu treinamento militar e adquiriu habilidades para manipular armas soviéticas, principalmente a metralhadora AK-47. Em seguida, foi autorizada a lecionar para quarenta crianças do *maqui* durante alguns dias de cada mês.

Diante da iminente ameaça de agressão dos “tugas”⁵, ela relatou ter vivido sob permanente tensão: “sentia muito medo de ataque [...]. As condições eram as piores possíveis, tendo que dormir em barraca de campanha, de farda e grudada na metralhadora” (Santos, 2008, p. 51). Após algum tempo, quando o *maqui* se deslocou para um lugar mais distante, Thereza Santos permaneceu até o fim da guerra exclusivamente com o trabalho na Escola Teranga.

Em novembro de 1974 foi para Bissau, capital da Guiné. Naquela cidade interveio junto ao Ministério da Juventude e Desportos, espaço onde era previsto instituir o conjunto das atividades culturais da nova República. Nele, Thereza Santos criou o Departamento de Cultura. Encarregada da parte ligada às artes cênicas e à dança, fundou a Escola de Teatro e montou algumas peças, inclusive de sua autoria.

Em janeiro de 1976, a teatróloga foi para Lisboa. Em Portugal, seu objetivo era regularizar sua documentação junto à embaixada brasileira, pois não tinha passaporte e o governo de Guiné não lhe foi de grande auxílio sobre isso. Ela havia decidido deixar o país, mas este desejo lhe foi recusado. Com a ajuda de seu amigo Fidelis Cabral⁶ – líder político do PAIGC –, obteve “um salvo conduto que dava

⁵ Termo depreciativo usado para designar os portugueses.

⁶ Fidelis Policarpo Cabral de Almada foi um líder político guineense. Thereza o conheceu ainda no Brasil. Ele se formou em direito na Universidade de São Paulo (USP), com o apoio de uma bolsa

direito a quinze dias em Lisboa para tratamento de saúde para depois retornar a Bissau.” (Santos, 2008, p. 57). Apesar da ordem explícita de regresso, a militante anunciou que não a cumpriria. A principal razão eram as situações de violência que vivenciou, apesar de ter denunciado inúmeras vezes as agressões sexuais das quais ela e outras mulheres guerrilheiras frequentemente eram vítimas. Segundo Thereza, o presidente Luiz Cabral, com quem conversou sobre esta violência, “achou a coisa mais natural do mundo as tentativas de estupro, pois afinal eu era mulher.” (Santos, 2008, p 57).

O processo de regularização em Lisboa foi sem sucesso e, tendo recebido, em outubro de 1975, uma melhor proposta de trabalho por parte de dois secretários do futuro presidente António Agostinho Neto, a atriz comunista chega a Angola em 24 de janeiro de 1976, pouco tempo depois da nação ter se declarado independente.

Em Luanda, capital angolana, foi encaminhada para o hotel do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e apresentada aos principais dirigentes da organização. Desde sua chegada, assistiu ao desmoronamento do Estado colonial. Ao jornal *Versus*, Thereza afirmou que “os portugueses quando foram expulsos de Luanda destruíram o que achavam pela frente e jogaram no mar o que não podiam levar.” (Santos, 1978 *apud* Rios, 2014, p. 76).

A independência daquele país africano ocorreu em 11 de novembro de 1975. O acontecimento político foi resultado de um conflito armado iniciado em 1961 entre as forças de libertação de Angola e o Exército de Portugal. Em janeiro de 1975, a metrópole colonizadora assinou o Acordo de Alvor. O documento garantia ao país a obtenção da soberania. Os principais grupos nacionalistas engajados no processo, o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), junto com o Alto-Comissário Português, aceitaram formar um governo de transição. Alguns meses depois, Angola se torna autônoma.

Já em novembro de 1975, contudo, intensificaram-se as divergências entre as três correntes políticas nacionais. Ao mesmo tempo em que o MPLA, organização marxista comprometida desde 1956 com a luta anticolonialista, declarava a República Popular de Angola, a FNLA e a UNITA declaravam a República Democrática de Angola, instaurando, nesse sentido, dois governos antagônicos. O MPLA transformou-se em um partido e sua legitimidade foi gradativamente reconhecida pelos países estrangeiros. Agostinho Neto, poeta e líder da organização de esquerda, assumiu a partir de então o poder. Seu projeto de governo era instaurar um sistema político de inspiração socialista. Em oposição, as outras forças políticas

oferecida pela Universidade de Dacar. No Brasil, tornou-se representante do PAIGC, agindo pela ampliação de sua propaganda e informação. Foi também por intermédio de Fidelis que Thereza entrou em contato com Flávio Proença.

revolucionárias, o FNLA financiado pelos Estados Unidos e a Unita pela África do Sul e pela China, permaneceram em posição de guerrilha. Foi nesta conjuntura de guerra civil que Thereza Santos se instalou no país africano.

No dia 27 de janeiro de 1976, a artista iniciou suas atividades no Ministério da Educação e Cultura, junto ao poder instaurado pelo partido do MPLA. Inicialmente, foi designada como colaboradora da Diretoria de Ensino para elaborar o programa de Ensino secundário. Contudo, ela recusou o posto—sob o pretexto de não ter prática no campo da pedagogia; e solicitou um espaço nas áreas artísticas. No jornal *Versus*, declarou: “não tinha vocação para educadora, queria me dedicar mais ao trabalho cultural.” (Santos, 1979, p. 42, *apud* Rios, 2014, p. 76). A teatróloga empenhou-se no domínio que melhor lhe convinha, tendo sido nomeada desde janeiro assessora do ministro da educação, o revolucionário e poeta António Jacinto do Amaral Martins⁷.

Seu primeiro projeto foi denominado *Cinturão Cultural de Luanda*. Tratou-se de um grupo interministerial que tinha como função prestar um serviço envolvendo saúde, educação e cultura; para as aldeias e cidades em torno de Luanda. Simultaneamente, Thereza criou a Escola de Teatro, a Escola de Música e a Escola de Dança, além de constituir espetáculos de poesia e, mais tarde, produzir alguns espetáculos curtos para a televisão angolana. Ao jornal *Versus* declarou: “eu desenvolvia minhas funções no Ministério da Educação, ao mesmo tempo em que fazia pesquisa no interior do país, visando levantar materiais para o aniversário da independência” (Santos, 1979, p. 43, *apud* Rios, 2014, p. 77). Reformulando diferentes formas de expressão artística, a brasileira estreou no dia 11 de novembro de 1976 o espetáculo *História de Angola*, o qual foi prestigiado com a presença de inúmeros chefes de Estado, primeiros-ministros e outras autoridades nacionais e internacionais. No final, Thereza e seu elenco, composto sobretudo por crianças, foram pessoalmente recebidos pelo presidente Agostinho Neto.

Lá estava o homem que eu respeitava e admirava, Agostinho Neto, Presidente da República de Angola. Ele apertou minha mão, agradeceu e disse mais ou menos o seguinte: “Camarada Thereza, eu passei minha vida na luta e não pude frequentar teatros, mas se teatro é tudo isso que você e as crianças fizeram, isto te dá uma responsabilidade muito grande, porque vou esperar o segundo espetáculo que deverá ser ainda maior do que este. Como? Eu não sei, porque este foi maravilhoso. Não acredito que seja possível fazer ainda melhor.” O Presidente dirigiu-se ao Ministro e disse para que ele

⁷ António Jacinto do Amaral Martins (1924-1991) foi um poeta nacionalista angolano. Foi um dos fundadores, em 1955, do Partido Comunista Angolano e, entre 1962-1972, foi preso por atividades políticas consideradas anticoloniais. No período anterior à independência, dirigiu o Centro de Instrução Revolucionário do MPLA. Em seguida, foi Ministro da Educação e Cultura (1975-1978) e membro do Comité Central do MPLA.

combinasse comigo o dia em que poderíamos ir ao Palácio, porque ele queria fazer uma festa para a Escola de Teatro. Antônio Jacinto estava radiante, porque apostou no trabalho e dividia comigo e com as crianças aquela vitória. Em janeiro de 1977, [...] o Presidente da República baixou um decreto para que o espetáculo *História de Angola* representasse o país no II Festival de Arte Negra (Santos, 2008, p. 62-63).

Em 1977, o espetáculo fez apresentações na Nigéria, na ocasião do II Festival de Arte Negra. Desde seu retorno em Luanda, o grupo partiu para realizar uma turnê no interior do país, pelo menos nas províncias onde era seguro a circulação de civis, isto é, de crianças e adolescentes, oferecendo, dessa forma, a obra nacional para a população mais desfavorecida. Na continuação de suas atividades, Thereza Santos montou a peça intitulada *Liberdade*, um espetáculo composto por poesias, músicas e textos, em que pretendia discutir “o conceito de liberdade e suas implicações na vida da África, do ser humano.” (Santos, 2008, p. 71) Por fim, a artista interveio como responsável pela totalidade do setor cultural, além de se tornar membro da comissão instaurada por Agostinho Neto para organizar a Reunião da Unidade Africana, evento que estava previsto para acontecer em Luanda. Um de seus espetáculos mais suntuosos foi o *Comboio da Cultura*.

Em homenagem às Forças Armadas criamos o “Comboio da Cultura”. Os trens estavam todos parados no pátio, não tinham condições de funcionar no período em que a guerra estava às portas de Luanda e, depois, eram tantas as urgências que o transporte ferroviário não era prioridade. Havia a questão da recuperação dos vagões. Recuperamos alguns vagões melhores, na base de água, sabão e tinta, e o trem partiu de Luanda para algumas províncias do leste, no dia 1º de agosto, Dia do Exército. Seguia com um vagão restaurante, dois vagões dormitórios, dois vagões de carga para exposições, um vagão aberto que servia de palco para os *shows* e palestras e outro para distribuição de livros e milhares de sandálias de plástico, que conseguimos não sei como. Foram dez dias de viagem durante ida e volta. (Santos, 2008, p. 64).

Porém, sem citar nomes, Thereza Santos denunciou sérios conflitos com brasileiros militantes de esquerda que se exilaram em Angola. Ela os acusou de sabotar seus primeiros eventos e, quando o sucesso se fez enfim evidente, ela lhes imputou um comportamento falso e mesquinho. Os mesmos indivíduos, que no momento anterior agiram no sentido de prejudicá-la, passaram então a bajulá-la. Afinal, a teatróloga era doravante uma pessoa prestigiada e próxima do governo e, por isso, consoante suas palavras, tinha influência suficiente para determinar as expulsões de seus conterrâneos do território angolano (Santos, 2008).

A artista também ficou extremamente abalada com as hostilidades e as segmentações no interior do partido do presidente Agostinho Neto, além das consecutivas manobras golpistas, os consequentes massacres e encarceramentos. Após a independência, o país permaneceu em conflito aberto. Os principais grupos que haviam combatido contra o sistema colonialista, disputavam doravante entre si o controle do país. Cada um deles era financiado por potências estrangeiras, dando ao conflito angolano uma dimensão internacional. Nesse espaço de tempo, vários atos de violência foram cometidos pelo MPLA, ações consideradas injustificáveis e que, conseqüentemente, atingiram seus alunos, seus amigos e seus companheiros de trabalho. Uma experiência excessivamente forte que afetou em alguma medida suas convicções socialistas (Santos, 1978, *apud* Rios, 2014, p. 78).

Assisti da varanda de minha casa a uma matança estúpida por causa da fila para se inscrever no exército. Fiquei muito mal, não conseguia entender aquela matança estúpida. Apesar do toque de recolher obrigatório, estavam na rua para marcar o lugar na fila, pois seriam ameaçados de prisão se não se inscrevessem até o prazo, e os soldados semianalfabetos demoravam mais de uma hora para preencher uma ficha. Era a fila do desespero e a saída foi à bala. (Santos, 2008, p. 78).

Xenofobia, encarceramento e volta ao Brasil

Após esse episódio, Thereza Santos decidiu retornar ao Brasil, embora desejasse continuar em Angola, pois tinha a certeza de que seu trabalho obtinha excelentes resultados. Todavia, ela não sentia mais ânimo e disposição para continuar no país. Fora as práticas de violência física, tal como o episódio relatado acima, ela também vinha sofrendo vários tipos de discriminações xenófobas. Em certa ocasião, foi impedida de participar de uma festa de despedida de um colega cubano por não ser de nacionalidade angolana. Ela declarou: “contribuí para a festa [...]. Recebi como resposta que não poderia enviar a Violante ou a Isabel porque elas eram brancas. Aproveitaram para me dizer que eu era negra, mas não era angolana, e, portanto, eu também não deveria ir” (Santos, 2008, p. 77-78). Ademais, as autoridades nacionais pretendiam retirar da Escola de Teatro duas alunas consideradas não negras. Evidentemente, ela rejeitou a decisão. Na sua opinião, era impensável que crianças, independentemente de suas origens, fossem proibidas de frequentar seu espaço de formação teatral, o que gerou, sem demora, um desacordo entre sua gestão e a direção do partido. Um clima de tensão política e racial que já vinha se instalando desde 1976, quando Thereza Santos estreou o espetáculo *História de Angola* e foi acusada de aceitar a participação de muitos atores não negros (Santos, 2008). Ao jornal *Versus*, ela afirmou: “entre os meus 89 alunos, havia quatro brancos, e começou a haver pressões, eu acho que bem de cima, apesar de o ministro da cultura também ser branco, para que as peças fossem representadas exclusivamente por negros” (Santos, 1978, *apud* Rios, 2014, p. 77).

Por fim, ela foi presa. Na verdade, a atriz nunca soube o real motivo desse ato, porém, acredita que isso ocorreu devido à sua recusa em expulsar os alunos brancos, mas principalmente por causa de seus protestos e solicitações para retornar ao Brasil. Após procurar o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, não tendo em sua posse nenhum documento pessoal e com o objetivo de sair legalmente do país, apesar das várias solicitações na Embaixada do Brasil, ela foi detida e encarcerada na prisão de São Paulo, em Luanda.

Um policial branco me interrogou, fazendo duas perguntas: “A camarada não gosta de Angola?” Resposta: “Gosto muito, por isso vim para cá e trabalhei aqui”. “Então por que quer ir embora?” Resposta: “A situação política no Brasil está mudando e quero contribuir com esta mudança.” Nada mais me foi perguntado. (Santos, 2008, p. 79).

Posteriormente, quando Thereza Santos iniciou uma greve de fome na prisão, a mesma pessoa voltou a questioná-la sobre seu projeto de partida.

Fui ficando debilitada, e o mesmo homem branco que me interrogava veio falar comigo na cela. Queria saber se eu estava disposta a voltar atrás e ficar em Angola. Respondi que depois de tudo que tinha acontecido eu não podia voltar atrás. Nada mais foi dito entre nós. Paradoxo: fugi do Brasil para não ser presa, no entanto sabia por que seria presa. Em Angola fiquei presa três meses e muitos dias, sem saber por quê. Qual seria a motivação, pensei que não saberia nunca (Santos, 2008, p. 79-81).

Na prisão de São Paulo, Thereza Santos permaneceu de março até o dia 25 de junho de 1978, quando foi posta em um avião e conduzida ao Brasil. No dia 28, a teatróloga chegou ao Rio de Janeiro descalça, magra, com apenas a roupa do corpo e sem passaporte. Apenas desceu do avião e foi logo detida pela Polícia Federal para um interrogatório de oito horas (Santos, 2008). Seu retorno ao Brasil foi marcado por consecutivas intervenções na imprensa carioca e paulista visando denunciar as violências vivenciadas nos processos de independência dos países africanos, rompendo, assim, com as perspectivas idílicas e fantasiosas sustentada por alguns intelectuais e militantes negros.

Thereza voltaria ao Brasil “com os olhos secos”, como no verso do poeta revolucionário Agostinho Neto. Tinha visto a complexidade do processo de formação dos estados nacionais africanos contra o colonialismo português, confrontou-se com os conflitos de natureza étnica e racial e sentiu na pele a ascensão dos poderes repressivos para o estabelecimento do estado socialista. Repressão e prisão por motivos políticos, no entanto, não eram novidade para Thereza. Ao contrário, foi o temor de ser pega pela polícia política do regime dos generais um dos principais motivos que a fizeram deixar o país em direção à

África. Militante comunista, a atriz Thereza Santos já tinha vivido, desde o Golpe de 1964, momentos conturbados, envolvendo fuga, prisão e arte, três vértices não raros na trajetória de militantes comunistas que viveram os tempos mais sombrios da Ditadura Militar (Rios, 2014, p. 78).

Um Conselho da Condição Feminina sem mulheres negras?

Desde 1978, de volta ao Brasil, Thereza Santos foi ativa na consolidação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Vale lembrar que o movimento antirracista contemporâneo havia sido fundado no mesmo ano, e um de seus principais organizadores era o CECAN. Em seguida, em 1983, ela participou da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Sem dúvida, este foi outro denso capítulo de luta contra o racismo.

Sob a pressão de parte significativa das feministas, André Franco Montoro, eleito governador, nomeou em 12 de setembro de 1983 o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, o primeiro do país (Santana, 2021). No entanto, este foi criado sem a participação das mulheres negras. A este respeito, Rosane Borges observou que, embora tenha representado uma importante conquista para as lutas feministas no estado paulista, o Conselho “mostrou, com a total ausência de mulheres negras no corpo das conselheiras, de qual janela esse organismo nascente via o mundo feminino” (Borges, 2009, p. 66).

As idealizadoras do órgão governamental pretendiam legitimar essa exclusão afirmando que as mulheres negras não possuíam um histórico de militância feminista, do mesmo modo que não estavam organizadas politicamente e que seus protestos e imposições serviriam somente para dividir o movimento. Isto, pois, não havia nenhum interesse em valorizar as lutas das escravas nas rebeliões, quilombos e nos processos abolicionistas, ou sequer reconhecer certos movimentos sucedidos no século XX (Gomes Silva; Wolff, 2019, p. 16).

Este “lapso” causou uma enorme revolta pública entre importantes expoentes do movimento de mulheres negras. Veio da radialista negra Marta Arruda o estrondo ensurdecidor, pois “inconformada com a desconsideração política, ela fez de seu programa um canal de denúncia” (Borges, 2009, p. 66). O barulho foi tão grande que se tornou impossível ignorá-lo.

Diante de tamanha indignação, o Conselho teve de responder e explicou que não havia discriminação naquele órgão estadual. Segundo o próprio Conselho, “a ausência de mulheres negras era fruto da falta de organização delas próprias” (Santana, 2021, p. 128). Frente a esta acusação de que não eram organizadas, Thereza Santos, juntamente com Sueli Carneiro, Dulce Pereira, Vera Sampaio, Edna Roland e outras militantes fundaram o Coletivo de Mulheres Negras, em 06 de

outubro de 1983, esvaziando aquele argumento absurdo e reivindicando um assento no Conselho. A tensão racial estava instalada no órgão governamental. Afinal, “não era por acaso que o recorte racial deixara de integrar os horizontes do Conselho” (Borges, 2009, p. 67).

Thereza Santos foi a primeira titular a assumir a representação das mulheres negras no Conselho (Santana, 2021). Desde o início a tarefa não foi das mais fáceis. Como a própria teatróloga enfatizou, elas foram “obrigadas a virar a mesa” e a deixar “claro que era inconcebível para nós que um Conselho de 32 conselheiras só tivesse duas negras⁸” (Santos, 2008, p. 91). Em sua autobiografia descreveu o quanto foi difícil lidar com os boicotes e constrangimentos impostos pelas conselheiras brancas, que não disfarçavam a discriminação e o racismo.

Em uma reunião começaram a discutir a questão de controle de natalidade, me inscrevi para falar e uma conselheira da diretoria falou baixo para a conselheira a seu lado: ‘vamos encerrar esta questão porque já vem a outra com problema de mulher negra’. Respondi: ‘Meu nome não é outra, é Thereza Santos, e vou levantar, sim, o problema da mulher negra nesta questão. Porque quando vocês falam em controle de natalidade é sempre a partir dos pobres e nós somos a maioria deles; se vocês não sabem, temos inúmeras mulheres negras com sequelas dos controles desenvolvidos por esta sociedade voltados para os pobres, ou seja, nós’. Falei sobre a realidade de úteros que ficaram secos, de mulheres que tiveram a saúde destruída e deixei bem claro que se não era um problema delas, era nosso. E que não ia admitir qualquer proposta que não fosse levada à discussão para grupos de mulheres negras (Santos, 2008, p. 91).

Ao lado de Sueli Carneiro, batalhou por um capítulo na coleção *Década da Mulher (1975-1985)*, organizada pela editora Nobel e o Conselho. O volume intitulado *Mulher negra: política governamental e a mulher*, escrito por Sueli Carneiro e Thereza Santos (1985), foi “o primeiro estudo no país a desagregar os indicadores sociais de gênero, raça e classe, isto é, botar no papel os números das desigualdades entre mulheres brancas e negras no Brasil” (Santana, 2021, p. 131). O livro demonstrava a “necessidade de um viés racial em qualquer política que viesse a ser proposta, além da estruturação de políticas específicas para as mulheres negras. A política feminista começava a ser enegrecida” (Santana, 2021, p. 133).

Apesar das muitas tensões, a participação das mulheres negras no Conselho rendeu outros importantes frutos, dentre os quais se destacam a organização do Tribunal Winnie Mandela que teve como objetivo simular um julgamento da Lei

⁸ A outra representante, Vera Lúcia Freitas Saraiva, era sua suplente.

Áurea, procurando compreender se esta lei era realmente efetiva e quais eram as suas consequências para a população negra (Gomes Silva; Wolff, 2019).

Era o ano do centenário da abolição da escravatura e uma série de reuniões ocorreu com o apoio e pressão das mulheres negras sobre o Conselho com vistas à preparação do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido em Valença-RJ, de 01 a 04 de dezembro de 1988, “e contou com a participação de 450 mulheres negras de 17 estados do país. O eixo central daquele evento era a urgência de uma discussão aprofundada da articulação entre a questão étnico-racial e as relações de gênero e de classe social. Os questionamentos anteriores sobre a invisibilidade das mulheres negras poderiam finalmente ser discutidos e estas apareceriam também como sujeito, e não como subservientes, no processo de construção de uma sociedade sem opressão e livre da exploração” (Gonçalves, 2018, p. 18-19)⁹.

Considerações finais

O jeito franco e direto de Thereza Santos lhe rendeu críticas, ao que ela sempre respondia lembrando que não sabia de racista algum preocupado em magoar ou ferir uma pessoa negra. Ao contrário, para ela, a “indiferença com que agem deixa claro que não nos consideram seres iguais, ainda nos veem como escravos. Por isso creio ser importante dar respostas claras e visibilidade à questão racial para que as pessoas sejam obrigadas a encarar as atitudes que assumem em relação ao negro” (Santos, 2008, p. 94-95).

Irreverente, a teatróloga e filósofa nunca mediu esforços para explicitar que não era possível lutar contra a violência patriarcal sem levar em consideração a luta anticapitalista e menos ainda a luta antirracista. O que significava dizer que era injustificável desassociar as chamadas questões específicas da questão geral. A batalha de Thereza Santos muitas vezes foi travada contra aqueles que pretensamente compartilhavam com ela o desejo de construir uma sociedade igualitária. O problema é que para estes ou não havia um problema racial ou a questão do negro era um problema do negro.

Fez o possível e muitas vezes o impossível para contestar estas teses que, na prática, reforçavam o racismo. Encontrou na arte o sentido mais pleno de sua tarefa revolucionária. Movida por esta paixão, se deslocou à África e viveu de perto as contradições internas às lutas anticoloniais. Manteve-se fiel a si mesma e a seu projeto de uma sociedade igualitária. Os passos trilhados por Thereza Santos a levou à busca por liberdade. Neste processo foi se tornando a *Malunga*, a nossa irmã e companheira, que jamais deixou de lutar.

⁹ Sobre os eventos tensos entre o movimento feminista e a organização de mulheres negras, que culminaram no I Encontro Nacional de Mulheres Negras, assim como suas teses centrais, consultar o artigo de Renata Gonçalves (2018).

Referências

- BORGES, Rosane. *Sueli Carneiro*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. *Mulher Negra: política governamental e a mulher*. São Paulo: Nobel, 1985.
- GAWRYSZEWSKI, Alberto. Carnaval e festas comunistas no Rio de Janeiro (1945-1958). *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.08, n. 02, p. 239-257, 2011.
- GOMES SILVA, Tauana Olívia; WOLFF, Cristina Scheibe. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 55, p. 1-33, 2019.
- GONÇALVES, Renata. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 09-22, 2018.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, 2016.
- PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro, *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1054-1079, 2018.
- RIBEIRO, Djamil. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIOS, Flávia Mateus. A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar. *PLURAL – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 21, n. 01, p. 73-96, 2014.
- SANTANA, Bianca. *Continuo Preta: a vida de Sueli Carneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- SANTOS, Thereza. *Malunga Thereza Santos*. A história de vida de uma guerreira. São Carlos: Editora EdUFSCar, 2008.
- SILVA, Joana Maria Ferreira da. *Centro de Cultura e Arte Negra-Cecan*. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- TRAPP, Rafael Petry. *O elefante negro – Eduardo de Oliveira e Oliveira: raça e pensamento social no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2020.
- _____. A sociologia negra de Eduardo de Oliveira e Oliveira. *Revista da ABPN*, v. 10, n. 25, p. 194-221, março-junho de 2018.